

DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR

COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIAS COMO SISTEMAS SOCIAIS AUTOPOIÉTICOS: (IM)POSSIBILIDADES PARA A MUDANÇA SOCIAL

Solidarity rural credit cooperatives as autopoietic social systems: (im)possibilities for social change

Marcia Eliana Martins¹
Rennan Lanna Martins Mafra²

RESUMO

Este artigo objetiva compreender o cooperativismo de crédito rural solidário como um sistema social autopoietico a partir da perspectiva de Humberto Maturana, para quem sistemas autopoieticos são aqueles capazes de se autoproduzirem em um processo dinâmico de interação entre partes que o compõem e o meio em que estão. Nesse processo, ocorrem mudanças que podem modificar o sistema e seus componentes ou mudanças que podem levá-lo a modificar-se de forma que sua identidade seja perdida. Partindo desse raciocínio, e considerando recentes alterações no sistema nacional que regulamenta as cooperativas de crédito rural solidárias, foi realizada uma pesquisa com agricultores associados à Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do município de Tombos (MG) e suas seis unidades de atendimento. Como procedimentos metodológicos, foram desenvolvidas observações de momentos coletivos e entrevistas semiestruturadas entre março e julho de 2015. Os resultados demonstram que as mudanças estruturais nessas cooperativas partem da interação de seus diretores com outras organizações, além do contato próximo desses diretores com órgãos de regulação, os quais incentivam a padronização do cooperativismo de crédito rural solidário. Entretanto, tais mudanças contribuem para o obscurecimento da criatividade e diversidade características desse tipo de cooperativa, levando à diminuição de capacidade autopoietica de tais organizações.

Palavras-chave: Cooperativas de crédito rural solidárias; Sistemas sociais; Autopoiese.

¹ Professora EBT - IF Baiano/Campus Serrinha. Doutora em Extensão Rural - UFV. E-mail: me.martins2010@gmail.com

² Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV), doutor (2011) e mestre (2005) em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: rennan.mafra@gmail.com

ABSTRACT

The main purpose of this article is to understand how the memory present in everyday life of rural families and communities may be an important element in retrieving symbolic meanings and values associated with the way of live of their ancestors, which have been neglected while habits and customs close to those of the urban way of life were gradually introduced into the life of said rural communities. In this regard, the theoretical framework used was based above all on the understanding of the phenomenon associated with the disappearance of the rural and the presence of a hybrid bavior perceived by the presence of the characteristics of both *homo economicus* and *homo moralis*. Then, the literature of the authors focused on understanding the memory as a link between the past and the present which is capable of modifying the future was examined. The survey was carried out among the residents from the rural community of Linha Acre that belongs to the municipality of Cândido Godói-RS which is part of the Greater Santa Rosa considered as the birthplace of national soybean agriculture. The life history method was used and oral accounts of 24 residents divided into three specific groups: the elderly, traditional producers, and traditional producers who are part of the group of organic producers were collected over 2 years of interaction with this community. The observations and oral accounts allowed concluding that there are peasantries identified by the preservation of a way of life with habits and customs of the ancestors in the manner in which the researched community configures its collective memory, which is verified both in such activities as games, objects, among others, and in the group of organic producers in which the practices involving the knowledge of the ancestors and community revitalization were reported.

Keywords: Solidarity rural credit cooperatives; Social systems; Autopoiesis.

1. INTRODUÇÃO

A proposta de discussão deste artigo está relacionada à função das cooperativas de crédito rural solidárias no meio rural brasileiro e à forma como essas organizações vêm sendo regulamentadas pelo Estado, ao longo do tempo, a partir das normas do Banco Central do Brasil. No entanto, nosso intuito não foi discutir essa relação determinando causas e consequências como outros pesquisadores já o fizeram (BÚRIGO, 2006a; SCHRÖDER, 2005; JUNQUEIRA e ABRAMOVAY, 2005), pois, de acordo com as opções teóricas e metodológicas

escolhidas para este estudo, todas as relações, sejam entre instituições ou entre essas instituições e os sujeitos que as formam, acontecem de forma complementar e dinâmica.

Nesse sentido, este artigo propõe-se a compreender o cooperativismo de crédito rural solidário como um sistema social autopoietico a partir da perspectiva de Humberto Maturana complementada pela Teoria da Complexidade de Edgar Morin, discutindo até que ponto as mudanças estruturais de um sistema, congruentes com a dinâmica estrutural do meio em que

ele se insere, são capazes de manter a sua identidade. De acordo com Maturana (2002), sistemas autopoieticos são aqueles capazes de se autoproduzirem continuamente em um processo dinâmico de interação entre partes (ou sujeitos, no caso dos sistemas sociais) que o compõem e o meio em que estão. Sob determinadas condições, segundo o autor, podem ocorrer mudanças capazes de modificar o sistema – aquelas advindas da mudança estrutural de suas partes em relação com outros sistemas ou da inserção de novos componentes – sem, contudo, alterar a sua identidade; e mudanças que afetam a organização do sistema e podem levá-lo a desintegrar-se ou modificar-se de tal forma que sua identidade seja perdida.

Assim, no que se refere ao cooperativismo de crédito, especificamente aquele denominado como solidário no Brasil – foco deste artigo –, a inclusão de agricultores no Sistema Financeiro Nacional (SFN) visa a minar um conjunto de dificuldades de acesso aos serviços financeiros, historicamente construídas e reafirmadas pelas instituições financeiras tradicionais. Tais cooperativas utilizaram como base para a sua constituição experiências anteriores de mobilização de agricultores voltadas para as finanças

solidárias¹ – como os fundos rotativos, por exemplo –, reunindo, dessa forma, um conjunto de características, inerentes aos grupos específicos que as formam, o qual está permeado pela criatividade e pela ampla capacidade adaptativa desses grupos, em relação à dinâmica entre meio rural e oferta de serviços financeiros. No entanto, ao longo do tempo, essas cooperativas, legalmente classificadas como instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil (BACEN), sofrem influências do meio normativo (Leis, Decretos e Resoluções) e do meio natural (o rural e as suas transformações recentes) em que se inserem, transformando gradativamente sua forma de operar e existir.

Assim, para alcançar o objetivo proposto pela pesquisa que deu origem a este trabalho, foi utilizada uma abordagem metodológica voltada a alcançar um lugar de mundo para o conhecimento produzido a partir de um trabalho científico que fosse diferente do que se coloca como hegemônico no mundo acadêmico para tal finalidade, ou seja, uma abordagem

¹ De acordo com Búrigo (2006a, p.152), a expressão “finanças solidárias” se refere à relação entre “o trabalho de intermediação financeira [e os] objetivos políticos que estão vinculados à idéia da transformação econômica, da conquista de direitos e da melhoria das condições de vida para os segmentos oprimidos”.

metodológica em que não houvesse a primazia estrita da repetibilidade dos fenômenos e da quantificação. De acordo com Ginzburg (1989, p. 167), as ciências humanas não poderiam alcançar o rigor científico, tal como a ciência moderna pautada no conhecimento produzido pelas ciências naturais desejava, sem maiores prejuízos aos seus estudos. Entretanto, o campo de atividade científica explorado por essas ciências, no qual a “capacidade de reconhecer um cavalo defeituoso pelos jarretes, a vinda de um temporal pela repentina mudança do vento” ou “uma intenção hostil num rosto que se sombreia”, trazia consigo uma riqueza que não era passível de quantificação, de repetibilidade, ainda que os mesmos fenômenos que lhes deram origem se repetissem. Dessa forma, a conformação de nossa abordagem metodológica partiu de uma visão crítica da ciência e da sociedade, a partir da qual nos foi possível pensar e estruturar deslocamentos teórico-metodológicos que nos permitiram buscar, entre os sujeitos da pesquisa, pistas, indícios e sinais (GINZBURG, 1989) que seriam narrados com base em uma descrição densa (GEERTZ, 2008) dos fenômenos experimentados. Nosso interesse primordial em adotar uma abordagem metodológica que questiona o

lugar do quantificável, do repetível e do generalizável num trabalho acadêmico foi mostrar que a interpretação exposta não é a única e nem se pretende instalar como verdadeira, totalizante, pois, como afirma Morin (2008, p. 177), um pensamento complexo é aquele que “não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões”, aspirando, assim, à “multidimensionalidade” e, por isso, admitindo, “em seu interior, um princípio de incompletude e de incerteza”.

Portanto, seguindo a perspectiva do andarilho como aquele que caminha à procura de pistas no movimento incessante das interações que esse caminho lhe proporciona (MAFRA, 2011), na pesquisa com os associados da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Tombos (Cresol Tombos) e as seis unidades de atendimento a ela vinculadas juridicamente, localizadas na Zona da Mata de Minas Gerais, nos municípios de Tombos, Espera Feliz, Alto Jequitibá, Divino, Simonésia e Santa do Manhuaçu, entre março e julho de 2015, fez-se a opção de privilegiar determinados espaços e tipos de situações para a coleta de dados. Assim, foram utilizados como instrumentos metodológicos a observação de momentos coletivos como as pré-assembleias; a

Assembleia Geral Ordinária; a Formação para Agentes de Desenvolvimento e Crédito; a aula para crianças de escolas rurais integrantes do Programa “Um olhar para o futuro”; um encontro com as lideranças locais; a etapa do Planejamento Estratégico Participativo, referente às cooperativas mineiras; e o encontro para novos associados, denominado “Café com a Cresol”. Além disso, foram realizadas, nas visitas a cada uma das cidades, 22 entrevistas semiestruturadas com associados e membros do Conselho de Administração.

Dessa forma, visando à apresentação e à análise dos dados resultantes dessa pesquisa, este artigo está subdividido em outros quatro tópicos além desta introdução. No primeiro, exporemos a conformação do ambiente institucional e do campo do cooperativismo de crédito no Brasil, por meio dos quais procuramos demonstrar como essas organizações

surgiram e como foram estabelecendo-se ao longo dos anos. Em seguida, detalharemos os principais aspectos da perspectiva teórica de Humberto Maturana. Os dois tópicos seguintes procuram “colocar em prática” nosso objetivo a partir da análise dos dados empíricos coletados junto aos associados da Cresol Tombos/MG por meio da observação em três formações oferecidas pelo Sistema Cresol – o Café com a Cresol; a aula do Programa “Um olhar para o futuro” e dois módulos da Formação para Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito –, além das entrevistas semiestruturadas realizadas com 22 associados. Por fim, buscamos relacionar os principais pontos que nos chamaram a atenção em relação ao cooperativismo de crédito rural solidário e as possíveis implicações desses pontos para a Cresol Tombos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. O AMBIENTE INSTITUCIONAL E O CAMPO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

As cooperativas de crédito surgiram num contexto em que o acesso ao crédito e aos serviços bancários era uma realidade distante de uma parcela considerável da

população em virtude das exigências burocráticas praticadas pelas instituições financeiras existentes. Nesse sentido, a finalidade dessas cooperativas era, então,

estabelecer instrumentos que possibilitassem o acesso ao crédito e a outros produtos financeiros por seus associados, despertando-lhes o sentido de poupança e concedendo-lhes empréstimos a juros abaixo dos praticados pelas instituições financeiras tradicionais, como os bancos comerciais¹ (BITTENCOURT, 2001; BÚRIGO, 2006a).

No Brasil, a primeira cooperativa de crédito foi constituída em 1902, na cidade de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. Entretanto, como afirma Búrigo (2007, p. 17), “as cooperativas de crédito ficaram praticamente proibidas de funcionar [no país] durante muitos anos”, pois as regulamentações referentes à atuação dessas organizações eram constantemente alteradas e, em muitos casos, bastante restritivas². Somente na década de 1960, quando ocorre a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional com a promulgação da Lei 4.595 de 1964, as cooperativas de crédito são

equiparadas às instituições financeiras e, conseqüentemente, passam a ser regulamentadas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, retomam-se as autorizações para funcionamento dessas organizações (FREITAS e FREITAS, 2014).

Já no que tange ao cooperativismo de crédito rural no país, é somente na década de 1980 que ocorre seu florescimento de forma efetiva (BÚRIGO, 2007). Contudo, nessa fase, a maior parte das cooperativas de crédito era constituída como uma seção de crédito das cooperativas agropecuárias, e não como uma organização independente. Dessa forma, as cooperativas de crédito que surgiram no Brasil nesse período foram, em grande parte, constituídas por agricultores que já estavam organizados e formavam os quadros sociais de cooperativas agropecuárias. Estas últimas, por sua vez, recebiam incentivos governamentais para sua constituição e seu desenvolvimento, o que as fez ter um papel extremamente relevante no contexto nacional de modernização da agricultura a partir de projetos, das novas tecnologias e dos investimentos que traziam para o meio rural brasileiro. No entanto, tais projetos não eram compatíveis com a realidade de uma parcela expressiva dos agricultores

¹ “Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão ‘Banco’” (BACEN, 2015a).

² Uma análise mais aprofundada sobre as diferentes bases normativas a que as cooperativas de crédito estiveram submetidas ao longo de sua existência no Brasil pode ser encontrada em Pinheiro (2008).

brasileiros, já que pressupunham garantias financeiras e condições que esses agricultores não poderiam suprir (SCHRÖDER, 2005; BÚRIGO, 2007). Por outro lado, acreditava-se que, por estarem vinculadas às cooperativas agropecuárias, as cooperativas de crédito seriam capazes de garantir, aos seus associados, o acesso aos recursos financeiros de que precisavam para sua produção agropecuária, isentando-os de determinados riscos financeiros e do cumprimento individual das exigências burocráticas, já que estariam amparados por organizações já consolidadas. Exatamente por isso, as cooperativas de crédito constituídas nesses moldes incentivaram projetos de modernização da agricultura e priorizaram os agricultores mais capitalizados em seus empréstimos, excluindo, assim como as outras instituições financeiras do país, aqueles agricultores que não poderiam cumprir o cabedal de exigências para o fornecimento de crédito (SCHRÖDER, 2005; BÚRIGO, 2006a; CAZELLA e BERRIET-SOLLIEC, 2008).

Seguindo essa linha de ação, na década de 1990, tais cooperativas de crédito passaram a adotar estratégias de atuação que priorizavam a “verticalização administrativa”, focando “as suas atividades financeiras nos clientes de maior

retorno comercial” e direcionando “suas ações ao mundo urbano economicamente mais desenvolvido” (BÚRIGO, 2006b, p. 323). Como consequência, aquelas cooperativas constituídas para contrapor as normas do Sistema Financeiro Nacional acabaram, ironicamente, acomodando-se às exigências de tais normas, formando grandes organizações cujas operacionalizações se aproximavam muito dos bancos comerciais.

Nesse ponto, é importante ressaltar que, para a legislação brasileira, desde a década de 1960, as cooperativas de crédito são consideradas instituições financeiras e, como tais, dependem de prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para funcionar, sendo guiadas pela Lei 4595/64 (a lei do Sistema Financeiro Nacional), pela Lei 5764/71 (Lei do Cooperativismo), pela Lei Complementar 130/2009 (sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo) e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.434 de 2015³ (BACEN,

³ A Resolução 4.434, de 05 de agosto de 2015, representa um novo marco legal para as cooperativas de crédito brasileiras como um todo, pois traz uma nova classificação para essas organizações. Essa nova classificação, ao contrário da anterior, que separava as cooperativas de acordo com a formação de seu quadro social, caracteriza as diferentes formações de cooperativas de crédito com base nas operações que elas podem realizar e, consequentemente, o risco que correrão. O Banco Central, por meio do Comunicado nº 28.684/2015, elaborou uma lista das cooperativas em

2015b). Todos esses normativos têm como objetivo estipular quem pode associar-se às cooperativas de crédito existentes no país, quais são os limites de capital que essas cooperativas devem atingir em determinados períodos e também recomenda que essas cooperativas se agrupem em Sistemas com a finalidade de proporcionar maior sustentabilidade econômica para cada cooperativa. Os órgãos normativos entendem que uma cooperativa sozinha – ou solteira, como são chamadas aquelas que não pertencem a um Sistema⁴ – não será capaz de resolver problemas de ordem financeira e continuar operando, o que significa um risco para seus associados e para o segmento como um todo.

Assim, essa classificação legal imputou, a algumas cooperativas, lógicas de atuação que as aproximavam dos bancos comerciais – seja pela busca estrita

funcionamento no país, sugerindo o novo enquadramento, que, entretanto, poderia ser aceito, ou não, pelas cooperativas.

⁴ É importante ressaltar que, sempre que nos referirmos ao “sistema” (com s minúsculo), estaremos reportando-nos ao conjunto dessas sete unidades de cooperativas, seguindo as disposições teóricas de Humberto Maturana. Essa diferenciação será importante, já que as cooperativas de crédito estão organizadas em Sistemas organizatórios e representativos próprios. Nesse caso, ao nos referirmos à forma organizacional dessas cooperativas, utilizaremos “Sistema” (com S maiúsculo). Tal diferenciação tem como propósito evitar confusões entre a forma organizacional das cooperativas de crédito no Brasil e a perspectiva teórica adotada para análise.

de maior segurança financeira para seus associados, seja pela padronização de suas práticas e estruturas –, o que deu espaço para que agricultores menos capitalizados permanecessem à parte do Sistema Financeiro. Dessa forma, começam a surgir no Brasil, em meados da década de 1990⁵, como alternativas às já existentes, as cooperativas de crédito rural solidárias, com a proposta de oferecer acesso diferenciado aos serviços financeiros de que os agricultores periféricos ao Sistema Financeiro necessitavam, mas que ainda não conseguiam acessar.

Entretanto, embora todas as cooperativas de crédito brasileiras devam submeter-se a um mesmo marco legal regulatório de suas atividades, constituição e funcionamento, nem todas buscam as mesmas formas de legitimação social em seu contexto de atuação, isto é, cada organização procura atuar e legitimar-se entre seus membros e na comunidade em que se encontra com base em princípios,

⁵ Foi também nesse período que surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com a intenção de “construir um conjunto de medidas integradas, que proporcionassem melhores condições para o desenvolvimento dos pequenos municípios do país” a partir do reconhecimento de “uma nova tipologia social da agricultura brasileira”, a agricultura familiar. Tal programa tem uma interface de atuação direta com relação às cooperativas de crédito, visto que essas organizações figuram como agentes de repasse de seus recursos aos agricultores que a elas se vinculam (BÚRIGO, 2007, p. 72).

valores e estratégias que a diferenciem de outras instituições financeiras. Schröder (2005) afirma ainda que, justamente por isso, as cooperativas de crédito, diferentemente de outras formas cooperativas, nem sempre vão priorizar “uma combinação equilibrada entre racionalidade econômica e associativismo, com predomínio de valores solidários”, pois suas “formas institucionais” procurarão adaptar-se ao “ambiente econômico e institucional” em que estiverem inseridas, intentando priorizar aquelas que melhor respondam aos interesses de seus cooperados (SCHRÖDER, 2005, p.79). Assim, conforme afirma Rios (2007, p. 15), “não se deve confundir a comum identidade jurídica das cooperativas com suas mais diversas inserções econômicas e sociológicas”.

Nesse sentido, Schröder (2005, p. 96) faz uma diferenciação entre as conformações institucionais que moldaram a atuação e o funcionamento das cooperativas de crédito no Brasil, classificando como “convencionais” as cooperativas de crédito que surgiram vinculadas às cooperativas agropecuárias, cujo interesse era viabilizar um modelo produtivo baseado na modernização da agricultura (aumento da produtividade,

novas tecnologias, utilização de insumos e implementos químicos) e que “atenderam, prioritariamente, os agricultores mais capitalizados e melhor posicionados na estratificação social, definida em relação aos fatores renda e propriedade dos meios de produção”. Como “não convencionais” são classificadas as cooperativas de crédito que surgem a partir da articulação de organizações e movimentos sociais entre os agricultores, colocando como objetivo “alcançar, em alguma medida, um público que está à margem do sistema financeiro” (SCHRÖDER, 2005, p. 96). Essa classificação das cooperativas de crédito nacionais em duas vertentes distintas encontra-se, também, na visão de outros autores (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008; BÚRIGO, 2006a), como uma tentativa de separar arranjos institucionais diferenciados que atuam como instituições financeiras nos meios rural e urbano, em busca de uma melhor distribuição do crédito.

Entretanto, como asseveram Junqueira e Abramovay (2005, p. 20), ainda que diferentes estudiosos busquem criar “definições e concepções sobre as distintas modalidades financeiras destinadas a populações pobres”, todos entendem que o objetivo principal dessas modalidades é “ampliar o alcance do

financiamento de modo a atingir aqueles que não interessam ao sistema financeiro tradicional”. Assim, ainda que diversas classificações venham a se destacar no meio acadêmico e entre as próprias cooperativas desde a época das cooperativas de crédito vinculadas às cooperativas agropecuárias, determinados grupos, marcadamente de agricultores, mas não só esses, permaneciam excluídos e, por isso, procuraram novas formas de acessar os recursos financeiros que necessitavam, formando organizações alternativas.

Nesse sentido, de acordo com Búrigo (2006a), o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil surge motivado, em grande parte, pela verticalização ocorrida em três dos grandes Sistemas de cooperativas de crédito operantes no país: Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob); Cooperativas de Crédito dos Profissionais da Área de Saúde (Unicred) e Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi). Esse novo formato institucional pretende, assim, ser um diferente meio de proporcionar acesso ao crédito para os agricultores familiares que ainda se encontravam excluídos do público atendido pelas instituições financeiras existentes no país. Por isso, quando os sistemas tradicionais passaram a reestruturar sua forma de atuação com base

na fusão e na incorporação de pequenas cooperativas às cooperativas maiores, priorizando a forma de agrupamento vertical e tornando sua atuação cada vez mais parecida com a dos bancos comerciais, começam a surgir, em meados da década de 1990, pequenas cooperativas, sobretudo no meio rural, que visam a proporcionar aos agricultores uma forma diferenciada – até personalizada, em alguns casos – de acesso ao crédito.

Nesse sentido, a proposta das cooperativas de crédito rural solidárias é levar àquela parcela de agricultores excluídos o acesso ao crédito e aos serviços que não conseguem obter por meio dos bancos comerciais devido às garantias financeiras estabelecidas – como valor mínimo de renda mensal, documentos que comprovem a posse de imóveis e, principalmente, os prazos e juros exigidos para o pagamento –, exigências que tais agricultores dificilmente conseguiriam cumprir. Além disso, diferente dos bancos comerciais, as cooperativas de crédito rural solidárias têm o propósito de garantir (ou ao menos, tentar) o desenvolvimento econômico e social de seus associados, atuando como agentes de desenvolvimento local ao captarem recursos de seu quadro social e os reverterem em empréstimos a esse

mesmo quadro que, possivelmente, realizará suas transações financeiras no comércio local e com membros da própria comunidade. Como assevera Búrigo (2006b, p.314), uma “cooperativa solidária depende, portanto, de uma forte incrustação na realidade local para alcançar e manter sua legitimidade e dar cumprimento à sua missão estratégica”.

Exatamente por esse caráter que as diferencia das outras instituições financeiras do país, as cooperativas de crédito rural solidárias sempre tiveram preferência por uma atuação local e uma organização em forma de redes, priorizando a abertura de Postos de Atendimento aos Cooperados (PACs) em localidades física e politicamente próximas. Essa forma de atuação e organização estava diretamente relacionada à percepção de cada grupo em relação às suas necessidades de serviços financeiros, à variedade de interesses que permeiam o campo do cooperativismo de crédito solidário brasileiro e à abordagem que cada grupo de associados dava preferência para a constituição de sua cooperativa. Contudo, essa variedade de interesses e formas de atuação no próprio campo do cooperativismo de crédito solidário contribuiu para que essas organizações fossem vistas como frágeis na

interpretação do Sistema Financeiro tradicional. Assim, diante das dificuldades que elas enfrentavam para, “apesar de serem organizações formadas [em sua maioria] por agricultores familiares e com propósitos sociais, (...) alcançar sua legitimidade perante os órgãos regulatórios externos e outras organizações com as quais interagem” (FREITAS e FREITAS, 2013, p. 1009), foi constituída em 2008, a Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol), visando a reorganizar esse campo e congregiar Sistemas e cooperativas singulares a fim de fortalecerem-se diante do Sistema Financeiro Nacional.

Desse modo, o campo do cooperativismo de crédito rural solidário, até 2008, era formado pelo Sistema de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol); pelo Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol); pela Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (Ascoob); pela Cooperativa de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (Crehnor); pela Cooperativa de Crédito Rural de Desenvolvimento Solidário de Iúna-ES (Credsol); pelo Sistema de Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia

Solidária (Sistema Creditag) e pelo Sistema Integrar, cada um com atuação em diferentes regiões do país (FREITAS, 2011), além das muitas pequenas cooperativas “solteiras”. No entanto, a partir das exigências do Banco Central em relação à necessidade de ampliar o controle sobre esses Sistemas e, principalmente, sobre aqueles que ainda não possuíam uma central, alguns processos de incorporação foram ocorrendo (PINHEIRO, 2008). Num primeiro momento, as cooperativas vinculadas ao Sistema Integrar e ao Sistema Creditag, na Região Nordeste do país, foram incorporadas ao Sistema Ecosol. Em seguida, com a possibilidade de expansão do Sistema Cresol – antes com atuação exclusiva na Região Sul – para a Região Sudeste, e porque esse Sistema já possuía uma parceria com os Sistemas Ecosol e Creditag em termos de apoio técnico-administrativo, houve uma aproximação maior entre esses Sistemas, culminando em sua incorporação pelo Sistema Cresol. Além desses, o Sistema Credsol, que atuava no estado do Espírito Santo, também foi incorporado pelo Sistema Cresol (FREITAS, 2011).

Dessa forma, quando a Confesol passa a atuar como representação nacional do cooperativismo de crédito rural

solidário, sua composição se restringe às centrais de crédito vinculadas ao Sistema Cresol – Cresol Central SC/RS, Central Cresol Sicoper e Central Cresol Baser –; ao Sistema de Cooperativas de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (Sistema Crehnor) e à Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (Sistema Ascoob). Cada uma dessas centrais possui suas próprias bases de serviços regionais, responsáveis pela prestação de serviços às cooperativas singulares de determinada região e, na base da organização, estão as cooperativas singulares e os PACs, que lidam diretamente com as demandas dos agricultores familiares que as compõem.

A atual configuração da área de abrangência desses Sistemas de Crédito Solidários demonstra que, à parte o interesse imediato de cada um, o principal argumento de manutenção da “sobrevivência” de suas cooperativas no atual cenário financeiro do país está diretamente vinculado à incorporação dos menores pelos maiores, ou seja, a união de forças entre os próprios Sistemas e a inclusão de cooperativas “solteiras” no quadro de formação de Sistemas já consolidados.

2.2 SISTEMAS SOCIAIS COMO SISTEMAS VIVOS: A PERSPECTIVA TEÓRICA DE HUMBERTO MATURANA

Humberto Maturana Romesín é um neurobiólogo chileno cujas pesquisas e discussões teóricas, sobretudo aquelas realizadas com Francisco Varela, buscam compreender as “relações constitutivas do ser vivo” de uma forma mais aprofundada do que a que vinha sendo feita em meados do século XX. Para esses autores, os seres vivos são entidades autônomas, ou seja, entidades constituídas por “uma rede descontínua de processos circulares de produções moleculares na qual as moléculas produzidas constituem, através de suas interações, as redes que as produz[em]” (MATURANA, 2002, p.187).

Dessa forma, e partindo desse pressuposto, a proposta teórica de Maturana traz um novo entendimento dos seres vivos enquanto sistemas e, para o autor e Francisco Varela, essa compreensão caracteriza esses sistemas como autopoieticos. Mas o que isso quer dizer? “Autopoiese” é um dos principais conceitos que surgem das reflexões teóricas desses autores e, num sentido restrito, quer dizer autoprodução (MARIOTTI, 1999). Sistemas autopoieticos são “sistemas dinâmicos

fechados¹” (MATURANA, 2002, p.134), autônomos e individuais que “continuamente especificam e produzem sua própria organização por meio da produção de seus próprios componentes” (MOREIRA, 2004, p.598). No entanto, para que possam realizar-se dessa maneira, os sistemas autopoieticos estão em constante interação estrutural com o meio em que se encontram, além de estarem em um constante processo interno de mudança. Nesse sentido, entende-se que sistemas autopoieticos são autônomos, mas também dependentes do meio.

De acordo com Mariotti (1999, p. 01), o “paradoxo autonomia-dependência dos sistemas vivos” não pode ser compreendido a partir de um pensamento linear, ou seja, a partir de uma concepção de mundo em que é preciso definir objetivamente os parâmetros que orientam a ação. Esse paradoxo será melhor “compreendido por um sistema de pensamento que englobe o raciocínio

¹ Conforme Vieira (2004, s/n), ao afirmar que os sistemas autopoieticos são sistemas fechados, Maturana não está fazendo uma “contraposição a ‘aberto’”, no sentido de relações com o meio, mas fechadas são as macrocondições dessa relação. Fechado quer dizer que o sistema mesmo é dotado de mecanismos de autosustentação, protosustentação e retrosustentação [sic].

sistêmico (que examina as relações dinâmicas entre as partes) e o linear” (MARIOTTI, 1999, p. 01). Tal raciocínio está ligado à Teoria da Complexidade formulada por Edgar Morin, para o qual é preciso compreender os sistemas como unidades em que “não deve haver aniquilamento do todo pelas partes nem das partes pelo todo. Importa, portanto, esclarecer as relações entre as partes e o todo, onde cada termo remete para o outro” (MORIN, 1977, p. 120). Ou seja, não é possível que um sistema seja entendido como a mera soma das determinadas partes que o compõem nem como um todo independente de suas partes. Segundo Morin (2008), é preciso um processo circular de compreensão das partes e do todo em relação aos sistemas para que esses possam ser definidos. Dessa maneira, a autonomia e a dependência dos sistemas autopoieticos ocorrem como a forma com a qual tais sistemas operam em relação ao meio em que se encontram, reagindo às influências desse meio e modificando-se somente quando essas influências encontram ressonância com a conformação interior desses sistemas. Mas como essas considerações se refletem na proposta teórica de Maturana?

Para chegar à compreensão dos sistemas vivos como sistemas

autopoieticos, Humberto Maturana traz, primeiramente, a definição de unidade. Para o autor, a unidade é concebida como uma “entidade”, [ou seja] qualquer coisa que possamos distinguir de alguma maneira” (MATURANA, 2002, p. 56). Para ele, essa distinção é feita em relação ao *background* ou entorno, meio em que essa unidade está (sempre que se define uma unidade, isso se faz distinguindo-a de seu entorno). Além disso, Maturana (2002) aponta dois tipos de unidades: as simples, consideradas no todo, não sendo possível decompô-las; e as compostas, formadas por partes “que podem ser separadas”. De acordo com a sua análise, os sistemas vivos são considerados unidades compostas, de modo que apresentam dois aspectos importantes: a organização, “que se refere às relações entre os componentes que fazem com que a unidade seja o que você afirma que ela é” (MATURANA, 2002, p.57); e a estrutura, representando “os componentes e as relações que constituem uma unidade particular” (MATURANA, 2002, p.58). A organização é o que confere “identidade de classe” para a unidade – seja um ser vivo, um objeto, uma organização ou o que se queira caracterizar – e é comum para uma determinada classe. Para tanto, a organização será, até certo ponto, estável

em um sistema, pois é ela que “liga e transforma os elementos num sistema”, mas é também o que “produz e mantém este sistema” (MORIN, 1977, p.125). Quando a organização muda, o sistema muda ao ponto de transformar-se em outra coisa ou deixar de existir. A estrutura, por sua vez, é individual, cada sistema possui a sua própria, a qual está em um processo constante de transformação, “como resultado de nossa própria dinâmica estrutural interna” (MATURANA, 2002, p. 196), ou que pode ser desencadeado pela interação do sistema com o meio no qual está inserido – que também se mantém em constante mudança. Ainda assim, as mudanças estruturais de um sistema não são determinadas pelo meio; elas acontecem de forma efetiva somente se a estrutura do sistema aceitar a interferência do meio como uma perturbação capaz de alterá-lo. A partir disso, o sistema modificará a sua estrutura para adaptar-se às novas condições do meio. É importante lembrar, no entanto, que a estrutura do sistema precisa estar em convivência com a estrutura do meio em que se encontra para que o sistema perdure no tempo sem perder a sua identidade específica.

Dessa forma, “estruturalmente o sistema vivo é sempre aberto, embora tenha que manter sua organização

operacionalmente fechada” (MORAES, 2002, p.06). Essa condição pressupõe que a organização dos sistemas vivos é sempre conservada, o que significa que, nesses sistemas, “algo permanece, isto é, algo mantém a sua identidade, quaisquer que sejam as mudanças estruturais” (MATURANA, 2002, p. 197-198) que ocorram com esse sistema. Desse modo, à parte as mudanças estruturais que ocorrem constantemente no sistema e no meio em que esse se insere, a organização desse sistema somente se conserva se as estruturas do meio e do sistema forem congruentes. Portanto, nos termos do autor, deve haver uma “congruência estrutural” (MATURANA, 2002, p. 198) entre sistema (ser vivo) e meio. É essa congruência estrutural que Maturana chama de adaptação. Nesse sentido, como afirma Vieira (2004, s/n), “não é possível determinar quais [são] as ações subsequentes num processo autopoietico. Mas é possível saber que o vivo age e reage diante das circunstâncias”, pois o “organismo se autogere, mas só o faz na relação com outros organismos”.

Como é possível compreender um sistema social a partir dos conceitos e do desenvolvimento teórico de Humberto Maturana?

De acordo com Moraes (2002, p. 04) “Maturana reconhece que o pensamento autopoietico é válido para outros sistemas além do biológico”, uma vez que “o sistema vivo interage com as circunstâncias” em qualquer tipo de sistema em que esteja inserido “e, a partir dessas interações, ou ele se conserva contingente com as circunstâncias, em termos de sua organização, ou o sistema se desintegra”. Dessa forma, “biologicamente falando, para ele, não existiria contradição entre o social e o individual”.

A partir do conceito de autopoiese e dos conceitos adjacentes desenvolvidos por esse autor, há uma gradação entre os tipos de sistemas que podem ser analisados. Nessa perspectiva, “as células seriam sistemas autopoieticos de 1ª ordem; os organismos vivos, de 2ª ordem e o agregado de organismos vivos constituiria um sistema de 3ª ordem” (MORAES, 2002, p.04). Logo, o “acoplamento estrutural entre duas ou mais unidades autopoieticas de primeira ordem, mantendo a organização autopoietica, resulta em uma unidade autopoietica de segunda ordem e assim por diante” (MOREIRA, 2004, p.599). Um sistema social seria, enfim, um sistema autopoietico de 3ª ordem, já que o mais importante, nesse sistema, são as relações entre os sujeitos (ou organismos)

que o formam, e não o caráter auto-organizador mantenedor de si que caracteriza um organismo vivo.

Portanto, para Maturana (2002, p. 189), um “sistema social é um sistema que engendra todos os fenômenos que nós chamamos de *fenômenos sociais* na vida cotidiana”. Ele será “formado por seres vivos que, através de suas interações recorrentes, constituem uma rede de ações coordenadas na qual eles se realizam a si próprios como tais”. Assim sendo, ao lidarmos com um sistema social a partir da perspectiva da autopoiese, precisamos considerar que a mudança estrutural dos indivíduos – ou de apenas um deles – acarretará, também, a mudança estrutural do sistema. Essa mudança, por sua vez, é possível uma vez que os indivíduos que fazem parte de um sistema social podem, como afirma Maturana (2002), interagir em outros espaços fora do sistema que compõem (podem constituir outros sistemas sociais e estão em constante interação com seus meios). Quando isso acontece, são lançados novos padrões de comportamento para esse sistema, que, contudo, continuará o mesmo, sem necessariamente alterar a sua organização. Isso pode acontecer, também, quando são inseridos novos membros em um sistema social, os quais trazem “uma história

prévia de interações independentes dele” (MATURANA, 2002, p. 201). Por outro lado, se a mudança efetivar-se na organização individual daqueles que compõem o sistema, ou seja, se os indivíduos que formam determinado sistema social mudarem, ao ponto de assumirem outros comportamentos ou outra identidade, o sistema social como tal pode deixar de existir ou tornar-se outra coisa (ou outro sistema).

É importante destacar que, no âmbito dessa concepção dos sistemas sociais, a linguagem – verbal e não verbal – ou as comunicações/conversações constituem-se como o elemento que torna admissível compará-los aos sistemas vivos autopoieticos. De acordo com Moraes (2002, p.10), Maturana concebe o processo comunicativo como “uma coordenação de comportamentos entre dois ou mais organismos vivos que acontece a partir de acoplamento estrutural mútuo”, ou seja, comunicar-se através da linguagem representa uma ação que ocorre, em meio aos seres vivos, “nas interações, nas relações de convivência” entre eles. A

autora afirma, ainda, que a linguagem é importante na concepção dos sistemas sociais como sistemas vivos, pois irá refletir “os sistemas de crenças, pensamentos, ideias e valores de cada comunidade, gerando, assim, um contexto de significados comuns que é sustentado por novas comunicações” (MORAES, 2002, p.20). É esse processo recursivo de formação de contextos de significados comuns que conformará a identidade de um sistema social. Quanto a isso, é preciso ressaltar que a identidade é dinâmica, uma vez que ela só existe a partir das interações estruturais que se dão na linguagem, nas redes de conversação próprias entre os indivíduos que formam o sistema, com a condição de que haja uma congruência estrutural entre o sistema e indivíduos. E, para que essa congruência estrutural (ou adaptação) possa existir, é preciso que o sistema lide com as perturbações ambientais (e também com aquelas trazidas por seus membros), envolvendo, em meio a elas, maneiras para manter-se “vivo”.

2.3 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO COMO UM SISTEMA SOCIAL AUTOPOIÉTICO

Nossa proposta, neste item, é apresentar os fatores que nos permitem compreender a Cresol Tombos como um sistema vivo, ou melhor, como um sistema social autopoietico do ponto de vista de Maturana. Para tanto, primeiramente, relacionaremos alguns conceitos teóricos ao campo empírico em questão. Nesse sentido, o primeiro conceito que traremos é o de sistema, visto que será o cerne de nossa análise. De acordo com Montilla, Pernía e Rodríguez (2010, p. 254 – tradução nossa), consideraremos como um sistema vivo algo que contenha certas propriedades e possa ser definido como “um conjunto de elementos dispostos de tal maneira que, ao inter-relacionar-se de forma dinâmica, alcançam determinados objetivos”. Assim, uma cooperativa – ou um conjunto de cooperativas, tal como é o nosso caso – pode ser entendida como um sistema, visto que seus associados se unem para, em um interagir dinâmico, alcançar um fim comum. Mais do que isso, ao considerarmos as propriedades de um sistema vivo – habilidade de auto-organizar-se e autoproduzir-se; contínua mudança estrutural a partir de sua dinâmica interna ou de sua relação com o

meio (que é dinâmico); sobrevivência relacionada à congruência estrutural com esse meio; e tendência a conservar sua organização –, torna-se possível abordar uma cooperativa como um sistema autopoietico de terceira ordem ou um sistema social, já que sistemas vivos humanos acoplam-se estruturalmente, formando um sistema mais complexo, no qual influenciam-se mútua e dinamicamente. Desse modo, nosso sistema social autopoietico será representado pela Cresol Tombos e seus seis postos de atendimento – Cresol Catuné; Cresol Alto Jequitibá; Cresol Divino; Cresol Espera Feliz; Cresol Simonésia e Cresol Santana do Manhuaçu –, que, em março de 2015, somavam 3.535 associados.

De forma complementar, é preciso considerar, também, o meio em que esse sistema está inserido. Desse modo, no que se refere à Cresol Tombos, seu entorno é constituído num âmbito mais restrito pela área de abrangência dessa cooperativa e suas unidades, justamente por suas características econômicas, sociais, políticas e geográficas que interferem nela diretamente por meio da influência sobre

seus associados. Essa área de abrangência compreende a região entre os municípios de Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Carangola, Divino, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Manhuaçu, Manhumirim, Orizânia, Pedra Dourada, Reduto, Santana do Manhuaçu, Simonésia, Tombos e Vieiras, no estado de Minas Gerais; Porciúncula, Natividade, Itaperuna e Varre-Sai, no Rio de Janeiro; Dorés do Rio Preto e Guaçuí, no Espírito Santo. Especificamente, são as áreas rurais desses municípios as quais configuram o principal foco de atuação da cooperativa e com a qual seus componentes (associados) estão em constante interação. É no convívio diário nessas áreas rurais – e em áreas urbanas de alguns dos municípios menores – que tais agricultores realizam a maior parte de suas interações com outros sujeitos e sistemas sociais, conforme o excerto de entrevista apresentado a seguir:

Ah, cooperativa de crédito solidária é um grupo, pra mim, **é um grupo de pessoas que unem em prol do objetivo de tá trabalhando junto. Enquanto um poupa, outro tem um investimento que precisa ser feito, aí aquela poupança do outro vai servir pra gerar esse investimento da outra pessoa.** (...). Então isso acaba sendo um diferencial também de uma cooperativa solidária, **aí, que eu entendo como solidariedade. Você tá movimentando seu próprio município, um ajudando o outro, da forma que ele vê que tem a possibilidade no momento:** um é

poupando, outro é pegando investimento, outro é comprando no comércio local... (Entrevistado 20, Divino, 2015 – grifos nossos).

Adicionalmente, como instituições financeiras, essas cooperativas estão congregadas em um Sistema organizador próprio, o Sistema Cresol – que reúne outras cooperativas em distintas regiões do país –, e também inseridas no Sistema Financeiro Nacional, os quais também comporão o seu entorno, influenciando-o estruturalmente a partir das regras internas – como estatutos e regimentos – e das regulamentações legais que orientam seu funcionamento. Como afirmam Montilla, Pernía e Rodríguez (2010, p. 255 – tradução nossa) em relação às cooperativas, “as modificações ambientais produzem efeitos muito importantes sobre cada uma das pessoas e entidades que fazem parte destas organizações”. Nos trechos de falas seguintes, podemos perceber parte da influência do meio sobre o sistema e das inter-relações que se estabelecem:

[Divino] é um município que a gente sabe que tem um potencial muito grande, **é um município que a agricultura familiar é muito forte, que tem organizações fortes:** o sindicato, a associação, a cooperativa. Então, é motivo de orgulho pra quem é daqui (...) e é agricultor familiar. Então **aqui vocês têm organizações que trabalham e lutam e buscam**

objetivos pra cada um de vocês. (Pré-assembleia, Cresol Tombos, 2015 – grifos nossos).

Então **pra gente ter um PRONAF aqui**, pra nós ter repasse e isso e aquilo, **a gente precisa de ter pessoas lá em Brasília**, mais lá em cima pra brigar por essas políticas também, pra gente ter recursos, se não a gente não consegue, **ela [a cooperativa] sozinha também não sobrevive**” (Café com a Cresol, Alto Jequitibá, 2015 – grifos nossos).

Por fim, outros dois conceitos nos parecem importantes para esta aproximação entre a abordagem teórica sobre sistemas vivos e o cooperativismo de crédito rural solidário: a organização e a estrutura de um sistema. Em nosso caso específico, a organização, aquilo que garante a identidade do sistema e, por isso, tende a ser conservada, aparece primeiramente na definição de uma cooperativa de crédito como uma instituição financeira constituída com a finalidade de prestar serviços financeiros aos seus associados de forma menos burocrática e impessoal. Essa definição torna-se mais específica quando se trata de uma cooperativa de crédito rural solidária, pois essa tem a sua atuação particularmente direcionada para agricultores com base em valores e princípios como a cooperação, a solidariedade, a inclusão social, o desenvolvimento sustentável, etc. Nesse

sentido, a Cresol Tombos traz a sua identidade de classe (MATURANA, 2002) caracterizada pela seguinte missão organizacional: “Promover a inclusão social da Agricultura Familiar através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento, visando ao desenvolvimento local e à sustentabilidade institucional” (CENTRAL CRESOL BASER, 2015). É com base na manutenção desse pressuposto e na conservação das características que a individualizam como uma cooperativa de crédito rural solidária que as perturbações do meio em que se insere devem ser absorvidas pelo sistema, de acordo com a sua estrutura, para que esse sistema continue “vivo”. O trecho a seguir, fala de um dos entrevistados em uma formação oferecida pelo Sistema Cresol, permite-nos observar tais fatos:

[...] a gente tá aqui pra conversar e mostrar **o que que é a cooperativa, qual a diferença dela, né, dos banco que têm; qual que é a importância de você ser um cooperado ativo, participar, movimentar os recursos que você tiver nela**, quais as vantagens que você vai ter fazendo isso. Então essa é a diferença. Porque **a cooperativa não veio pra cá pra ser mais um banco (...)** Ela veio a partir da necessidade que os agricultor familiar daqui e pra ser diferente. E a diferença dela começa com esse encontro (Café com a Cresol, Alto Jequitibá, 2015 – grifos nossos).

Ao apontar “a diferença” entre a Cresol Tombos e os bancos comerciais que oferecem serviços financeiros para os agricultores da região, o associado que proferiu a fala citada nos ajuda a enfatizar a identidade desse sistema, ou seja, as características de sua organização que, ainda que determinados elementos se alterem, deverão ser conservadas ao longo do tempo para que o sistema continue a existir como tal – uma cooperativa de crédito rural solidária.

Já em relação à sua estrutura, podemos inferir que ela se conforma a partir do conjunto de seus associados e das inter-relações que se estabelecem entre eles. Desse modo, como afirma Maturana (2002, p. 58), “a organização é invariante e é comum a todos os membros de uma classe particular de unidades compostas, mas a estrutura é sempre individual”. Disso, decorre que, no caso de uma cooperativa de crédito rural solidária, ainda que sigam princípios e regulamentações legais específicas, sua estrutura é particular, individual, porquanto os sujeitos que a constituem trazem consigo atributos distintos e um histórico de inter-relações estruturais com o meio e com outros sistemas que os diferenciará e, conseqüentemente, conformará os tipos de interações entre eles. Podemos inferir,

então, que, ao considerarmos a Cresol Tombos como um sistema vivo, apesar da influência normativa vinda do Sistema Financeiro Nacional por meio do Banco Central, são as relações interpessoais dos sujeitos que compõem o sistema com outros sujeitos, com outras organizações, associações e afins que irão reger as mudanças estruturais desse sistema, bem como a forma como as regras e normas serão efetivamente aplicadas em seu cotidiano.

Quando essas cooperativas foram constituídas no interior de Minas Gerais, o campo do cooperativismo de crédito no Brasil estava claramente delimitado entre cooperativas tradicionais e cooperativas solidárias, organizações cujas formas de atuação e ideologias as caracterizavam de forma distinta, já que “são constituídas (...) com base nos valores de determinado grupo social e atuam, por isso, em diferentes espaços socioeconômicos” (SCHRÖDER, 2005, p.79). Dessa forma, assim como outras organizações de agricultores, a constituição das cooperativas de crédito rural solidárias em Minas Gerais – atualmente sob a denominação jurídica de Cresol Tombos – aconteceu a partir da articulação de um determinado grupo de sujeitos rurais com distintas organizações já estabelecidas –

sindicatos, partidos políticos, associações e organizações representativas –, que contribuem para o trabalho de constituição do grupo, não só em aspectos formais, mas principalmente em relação às formações e oficinas realizadas com o objetivo de levá-los a problematizar sua realidade e buscar alternativas coerentes com as suas necessidades. Nesse sentido, as cooperativas de crédito rural solidárias mineiras se propunham a auxiliar os agricultores a acessarem recursos financeiros de uma forma menos burocrática que os bancos comerciais, além de facilitarem o alcance de determinadas políticas públicas, como o PRONAF.

Contudo, tanto o sistema quanto seus componentes e o meio que o congrega são dinâmicos. Assim, também em relação ao cooperativismo de crédito e, sobretudo, em relação à vertente solidária, há um dinamismo que envolve tais organizações e que ganha forma a partir das a) mudanças nas necessidades dos agricultores em relação ao crédito e aos serviços financeiros; b) diferentes políticas públicas que surgiram e ampliaram seu escopo de atuação, trazendo novos elementos para a relação entre agricultores e cooperativas de crédito; c) alterações e consequentes adaptações às regulamentações do Banco Central do Brasil ao longo do tempo; e d)

diferentes formas de inserção dos agricultores associados, especialmente os diretores, em espaços de discussão sobre temas de interesse dos agricultores ou outras organizações da agricultura familiar. Esses fatores contribuíram para que as cooperativas alcançassem “maior complexidade institucional e magnitude econômica”, levando à alteração dos “parâmetros das relações entre associados e as cooperativas, assim como das práticas por intermédio das quais as cooperativas se organizam e funcionam” (SCHRÖDER, 2005, p. 80). Ou seja, se os componentes e as inter-relações que formam um ser vivo alteram-se e, sendo esse ser parte de um sistema social, “a estrutura dos outros sistemas vivos integrantes desse mesmo sistema social também muda, a partir da mudança de conduta de seus componentes” (MORAES, 2002, p.10).

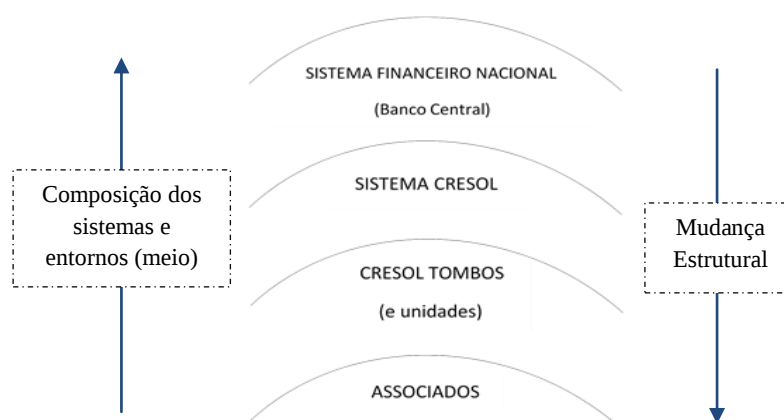
Dessa forma, parte da mudança estrutural das cooperativas analisadas pode ser percebida pela inserção dessas cooperativas no Sistema Cresol, cujas condutas adequadas, nos termos de Maturana (2002), diferem daquelas anteriormente instituídas pelo grupo de agricultores quando essas cooperativas estavam vinculadas ao Sistema Ecosol. Além do mais, como decorrência dessa incorporação entre os Sistemas Ecosol e

Cresol e das novas condutas assumidas pelo sistema, novos sujeitos foram aceitos como associados. Nesse sentido, para Maturana (2002), a entrada de novos elementos no sistema acarreta mudanças estruturais para esse sistema e para os sujeitos que o compõem, já que estes últimos trarão uma história anterior de interação própria que será incorporada nas suas práticas cotidianas. Contudo, caso o sistema não comporte essas condutas, existe um risco iminente de não inclusão plena dos novos sujeitos ou de que o próprio sistema venha a desintegrar-se. Por outro lado, a dinâmica sistema-sujeitos-meio, que acarreta mudanças estruturais para um sistema social, indica, também, que “a fluidez e o vivo encontram-se na rede de relações existente entre as pessoas e não na estrutura formal da organização caracterizada pelos estatutos, organogramas e regimentos” (MORAES, 2002, p.10).

Nesse ponto, é importante salientar que há um incentivo estatal para que os Sistemas de cooperativas de crédito unifiquem-se, independentemente de qual

vertente venham a seguir – tradicional ou solidária. Assim, quando as cooperativas pesquisadas buscam a incorporação em um Sistema já consolidado, como o Sistema Cresol, isso é tido como uma estratégia crucial para que possam continuar atendendo às necessidades de seu quadro social e expandir sua atuação para outras comunidades rurais incluídas em sua área de atuação, mas que ainda não são contempladas com o trabalho que essas cooperativas realizam. Nesse sentido, nos termos dos parâmetros teóricos aqui definidos, esse incentivo estatal à padronização do campo do cooperativismo de crédito no Brasil representa uma perturbação para o sistema, cuja “autopoiese” acontece sem, no entanto, atingir todos os seus componentes (agricultores associados). Dessa forma, a mudança estrutural (ou a sua possibilidade), no âmbito desse sistema social específico, assume uma direção oposta àquela que representa a composição dos sistemas e seus entornos, como demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Composição dos sistemas, meio e mudança estrutural no cooperativismo de crédito rural solidário de Minas Gerais representado pela Cresol Tombos.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Maturana (2002); Moraes (2002); Moreira (2004).

Conforme a Figura 1, o primeiro nível dos sistemas é formado pelos associados – sistemas vivos, autopoieticos de segunda ordem (MATURANA, 2002). Esses associados, majoritariamente agricultores, ao se organizarem em torno das cooperativas de crédito, dão origem a um sistema social (autopoietico de terceira ordem), a Cresol Tombos e suas unidades, o qual se configura não só como um sistema de ordem superior, e por isso mais complexo, mas também como entorno, meio que influencia e é influenciado pelos agricultores. A Cresol Tombos, por sua vez, compõe o Sistema Cresol, que congrega outras unidades de cooperativas de crédito rural solidárias espalhadas por praticamente todo o Brasil e que

representam, na análise proposta por Maturana (2002), um sistema social mais complexo que o anterior. Por fim, o próprio Sistema Cresol compõe, junto com outros Sistemas de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, o Sistema Financeiro Nacional (SFN), cujo órgão representativo é o Banco Central. Apesar de seguirem o acoplamento estrutural explicado por Maturana (2002) – sistemas que se juntam e formam um sistema mais complexo – e também representarem uns o entorno dos outros (a partir da Cresol Tombos), a direção da mudança estrutural, nesse caso, tende a seguir o sentido inverso daquele definido pelo autor. Dissemos que “tende a seguir”, pois, no sistema social analisado por este trabalho, ainda que

existam regulamentações exteriores que “determinem” sua operacionalização, foi, sim, a partir das mudanças estruturais em parte de seus componentes – ou grupo de associados – que possibilidades de transformação e adaptação se abriram para o sistema. Assim, os componentes do sistema afetados pela dinâmica estrutural do meio que desencadearam o processo de mudança estrutural que pretendemos analisar são os associados que fazem (ou fizeram) parte da diretoria, pois são aqueles que lidam diretamente com a parte administrativo-burocrática das cooperativas e, conseqüentemente, com a implementação das regulamentações no cotidiano das cooperativas. Além disso, em alguns casos, esses associados precisaram deixar suas atividades no meio rural para cumprir outras atividades administrativas, burocráticas e representativas nas cooperativas e organizações das quais fazem parte, trazendo, para interior do sistema, propostas que podem levar à mudança das práticas e trazer novos parâmetros de atuação para ele.

Há uma preocupação do Sistema Financeiro Nacional em organizar e padronizar o campo do cooperativismo de crédito no país, como dissemos, o que ocasiona mudanças estruturais nos sistemas sem, todavia, incluir nessas

mudanças todos os agricultores que os constituem. Dessa forma, tais mudanças chegam, primeiramente, ao conjunto de sujeitos que compõem (ou compuseram) a diretoria das cooperativas, os quais são capazes de se adaptar às mudanças estruturais do sistema, ou seja, em relação à sua capacidade de congruência estrutural. No entanto, esse conjunto de sujeitos é extremamente pequeno em relação ao universo de associados, o que conduz à implementação de modos de (in)formar o restante dos sujeitos sobre as condutas adequadas para a sua permanência ou inserção nessa nova configuração do sistema social. Por outro lado, para aqueles sujeitos que, ainda assim, apresentam dificuldades em sua capacidade de adaptação às mudanças estruturais pelas quais o sistema passa, há uma forte possibilidade de que deixem de fazer parte do conjunto de seus componentes.

Portanto, se o sistema social sofre transformações decorrentes da interação estrutural de seus componentes e meio, mudam os discursos, mudam as relações, mudam os sujeitos e, conseqüentemente, suas interações. Nesse ínterim, porém, cabe-nos questionar se as mudanças estruturais desencadeadas no sistema – seja pela interação de parte de seus sujeitos com outros sistemas sociais, seja pela

inserção de novos membros ou pela dinâmica relacional com o meio –, mantêm a identidade desse sistema ou acarretam uma mudança social efetiva. Ou seja, é possível que esse tipo de organização social formal incorpore novos elementos à sua formação estrutural, reorganizando suas interações com seus componentes e com seu entorno sem, contudo, perder-se

de sua identidade? Seria possível que as cooperativas de crédito rural solidárias pesquisadas incorporassem novas condutas, novos sujeitos (diferentes daqueles que a constituíram inicialmente) e novas formas de interação em seu contexto sem deixarem de ser efetivamente solidárias?

2.4 “SAÍMOS DE UM FUSQUINHA E DIZEMOS QUE TAMOS HOE NUM PEUGEOT, NÉ? ” – QUE MUDANÇA SOCIAL EXISTE NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIA EM MINAS GERAIS?

No período que antecedeu a realização das visitas aos municípios em que havia uma unidade de atendimento da Cresol Tombos, foi realizado contato telefônico com seus respectivos diretores na tentativa de organizar uma agenda de visitas durante o período de coleta de dados. No entanto, houve uma grande dificuldade em efetivar esses contatos telefônicos com boa parte dos diretores, uma vez que a agenda de compromissos dos mesmos com seus associados, a cooperativa e o Sistema Cresol era muito extensa. Embora fosse possível perceber, nos casos em que era possível falar ao telefone, muita disposição em participar da pesquisa, havia sempre um empecilho

relacionado à agenda de compromissos desses diretores.

Assim, para que fosse possível empreender a pesquisa, foram iniciadas as observações de momentos coletivos, a partir os quais tornou-se possível o contato com os dirigentes e outros associados e a realização das entrevistas – no intervalo ou após as observações desses momentos coletivos, na pausa para o almoço de uma reunião de conselho ou num encontro não programado em uma das unidades. Foi nesse período de viagens entre os municípios em que foram descortinados episódios que demonstravam que, apesar das falas serem positivas em relação ao Sistema Cresol e às mudanças que ele trouxe para as cooperativas mineiras, a

postura, os termos de linguagem e, sobretudo, o entusiasmo em relação à cooperativa e ao cooperativismo de crédito dos associados e diretores haviam sofrido mudanças ao longo do tempo.

Em 2009, durante a realização de uma pesquisa anterior com a mesma cooperativa – à época vinculada ao Sistema Ecosol –, era possível perceber, nos diretores, uma alegria, uma disposição, uma empolgação em falar sobre a cooperativa que eles estavam gerenciando naquele momento que se tornava perceptível na postura que eles adotavam durante as entrevistas, nos cursos e nas formações que constituíram as observações e, sobretudo, nas falas. Tal fator era também relevante no que concernia aos associados entrevistados. Contudo, em 2015, no período em que foram realizadas as observações e entrevistas, as falas evidenciavam uma sobrecarga de atividades e reuniões, um arsenal de discursos prontamente disponíveis e acionáveis em relação ao cooperativismo de crédito e uma preocupação latente em relação às metas, cujo resultado era o arrebate do ânimo de parte desses associados e diretores.

A partir desse contato mais próximo, foi possível observar a forma como “uma nova configuração de ações

coordenadas” (MATURANA, 2002) vem surgindo no âmbito das unidades da Cresol Tombos, em Minas Gerais, pois os diretores representam os sujeitos ou componentes do sistema cuja interação com o meio e com outros sistemas sociais – como instâncias superiores no próprio Sistema Cresol; participação em organizações de agricultura familiar com atuação regional, estadual ou nacional; contato mais próximo com agentes estatais, por exemplo – resulta na alteração dos parâmetros que indicam a conduta adequada dos membros para permanecerem ou adentrarem no sistema em sua configuração atual. Além disso, conforme afirma Moraes (2002, p. 11), sendo cada ser vivo membro de um sistema social “estruturalmente determinado, podemos também inferir (...) que, ocorrendo mudanças na [sua] estrutura (...), ocorrerão também mudanças no sistema social”. Ou seja, quando os diretores, no cumprimento de suas funções administrativo-burocráticas e de representação política das cooperativas, passam a agir de uma forma diferente daquela estabelecida no âmbito organizacional das cooperativas, aceitando como parâmetros de ação condutas e linguagens resultantes de sua interação com o meio, isso acarreta uma nova

configuração de ações coordenadas, a qual se materializa em processos comunicacionais que irão moldar os processos de auto-organização do sistema.

Entretanto, no caso específico dessas cooperativas, a mudança social que viria a partir da mudança estrutural dos membros parte daqueles que estão na administração – uma vez que são esses os que estão em contato direto com os normativos e participam constantemente de formações oferecidas pelo Sistema – e segue para os agricultores que formam o quadro social da cooperativa. Tal fator pressupõe, assim, a utilização de estratégias que levem, até a base social formada pelos agricultores, os parâmetros que poderiam concretizar a mudança social efetiva, já que essa mudança “só acontece quando o comportamento dos sistemas vivos individuais que compõem o sistema social se transforma de maneira a dar origem a uma nova configuração de ações coordenadas que define uma nova identidade para o sistema social” (MATURANA, 2002, p. 190).

Dessa forma, com base nas observações realizadas durante a pesquisa de campo, três das formações oferecidas pelo Sistema Cresol representam, nesta análise, formas de inserção dos agricultores e seus familiares nas

cooperativas. São formações padronizadas, que indicam “como ser” um associado, futuro associado ou agente de crédito e, conforme a perspectiva teórica da autopoiese dos sistemas sociais, representam espaços em que é possível que os agricultores – associados ou não – aprendam a conduta adequada e a linguagem para sua inserção ou permanência no sistema.

Nesse sentido, no curso de Formação para Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito – uma formação continuada, com duração de três anos, subdividida em módulos bimestrais, nos quais são tratados temas pré-determinados pelo Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS) –, as turmas são pensadas de modo a reunir unidades de atendimento geograficamente mais próximas, uma vez que a cooperativa tem sete unidades de atendimento distribuídas pela Zona da Mata Mineira. Conforme um dos entrevistados, na Cresol Tombos, “(...) cada cooperativa cria a metodologia porque nós temos essa autonomia (...) e aqui eu acho que tem três [grupos]. Tem um mais voltado mais pra Simonésia e Santana; tem um outro grupo em Espera Feliz e outro grupo aqui” (Entrevistado 10, Tombos, 2015). Os temas discutidos nesses encontros versam

sobre assuntos de interesse dos agricultores e sobre os quais os agentes comunitários precisam deter um conhecimento maior para orientá-los no trato com a cooperativa e, também, nas palavras de um entrevistado, “pra entender o que que é o processo de trabalho deles porque eles têm um papel importante” (Entrevistado 11, Simonésia, 2015).

O trecho de uma das entrevistas apresentado a seguir, sobre o papel dos agentes comunitários (ou agentes de crédito) no sistema e na relação entre a cooperativa e os associados, demonstra a importância desses sujeitos para a divulgação dos parâmetros do sistema e da forma como a mudança estrutural vem chegando aos seus componentes:

Esses agentes, você já viu aqui, são lideranças que a diretoria convidou ou escolheu pra vim participar dos agentes. O objetivo é fazer com que esses agentes sejam futuras lideranças colaboradoras, inclusive que venham a dirigir futuramente o sistema. E também ele ser realmente o elo nosso lá na comunidade, divulgando, disseminando, não somente o crédito, mas todo o instrumento de desenvolvimento daquela comunidade. Então esse agente, ele precisa de estar bem com os sindicatos, estar bem com a cooperativa de produção. Só com a Cresol não é importante. (Entrevistado 10, Tombos, 2015 – grifos nossos).

É possível perceber, nos trechos em destaque, que os agentes comunitários são escolhidos entre as lideranças comunitárias (que atuam em pastorais, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em associações comunitárias ou se destacam na própria comunidade) a partir do convite de um dos diretores para atuarem como uma espécie de elo entre a cooperativa e os agricultores associados, pois, além de se tornarem uma referência da cooperativa de crédito nas comunidades, poderão inseri-la nas conversas e no cotidiano desses sujeitos, não só nas comunidades em que vivem, mas também em suas organizações. Além disso, há uma expectativa de que esses agentes comunitários, ao se capacitarem para realizar a função, possam, conforme um entrevistado, entender “o processo coletivo do cooperativismo” e, partir disso, no futuro, “compor a diretoria da cooperativa” (Entrevistado 05, Tombos, 2015). Observamos, assim, nessa formação específica, uma das formas que o sistema atualmente utiliza para garantir que a sua identidade (missão organizacional) não será totalmente descaracterizada, apesar de estar em um ambiente de contínuas mudanças estruturais. Por outro lado, tais formações servem, igualmente, para ensinar aos seus componentes a conduta adequada de permanência no sistema.

Já a aula do Programa “Um olhar para o Futuro” parte de um programa, idealizado pelo Infocos, que discute o cooperativismo com crianças do 4º e 5º ano do ensino fundamental de escolas rurais. Em Minas Gerais, teve início no ano de 2015, como um projeto piloto em duas escolas rurais de Espera Feliz nas quais seriam realizados oito encontros para trabalhar com as turmas temas como cooperação, cooperativismo, tipos de cooperativas, valores e princípios do cooperativismo e educação financeira (INFOCOS, 2008-2016) por meio de dinâmicas, leitura e dramatização da história em quadrinhos do livrinho que é entregue às crianças por encontro, além da realização de atividades lúdicas que vêm como um encarte no livro. Ao final de cada encontro, as crianças são incentivadas a conversarem com os pais, em casa, sobre os temas, sobre as dinâmicas e os jogos que realizaram na aula.

O excerto de fala a seguir, retirado da aula observada nesta pesquisa, cujo tema era o funcionamento de uma cooperativa, destaca “a função” dessa atividade de formação para o sistema:

[...] isso que a gente tá fazendo aqui, nas escolas, né, no nosso sistema, isso aí **é um trabalho que o sistema tá fazendo pra contribuir com a comunidade aonde a cooperativa atua**, né. Então hoje aqui a gente tem

cooperado aqui na comunidade. Então **a ideia do Programa Um Olhar para o Futuro é levar o cooperativismo na escola, na comunidade**, né. (Aula do Programa Um Olhar para o Futuro, Espera Feliz, 2015).

Dessa forma, podemos destacar que, segundo a finalidade estabelecida pelo Sistema, essa atividade tem o propósito de contribuir com a comunidade onde a cooperativa atua, levando informações sobre o cooperativismo para o cotidiano dos agricultores a partir de seus filhos, já que muitos deles não têm conhecimentos específicos sobre uma cooperativa e seus pressupostos. Percebe-se, assim, mais uma maneira de informar, aos sujeitos componentes do sistema, os parâmetros que os guiam e que devem guiá-los enquanto forem considerados como tais, uma vez que, mesmo sendo associados, muitos dos agricultores ainda não compreendem adequadamente a função e o objetivo de uma cooperativa de crédito.

Por fim, o Café com a Cresol, uma reunião para novos associados que acontece periodicamente de acordo com a quantidade de novas associações em cada unidade e tem como objetivo discutir o que é uma cooperativa de crédito, quais são as vantagens de estar associado a uma instituição deste tipo, quais são os deveres e os direitos dos associados, entre outras coisas, parte de um material padronizado,

entregue a cada novo associado presente ao final da reunião, composto por uma “cartilha [que], no final, tem o estatuto social” (Café com a Cresol, Alto Jequitibá, 2015) e uma apresentação de slides composta pelas imagens e pelos textos da própria apostila. Essa reunião é uma obrigação estatutária das cooperativas, mas, em Minas Gerais, ganhou esse nome porque os diretores pensaram em proporcionar um momento de encontro e discussão com os novos associados, em que, “a partir do momento que o agricultor vem cooperar aqui na Cresol, a gente faça essa primeira reunião com ele”, com o propósito de, segundo o diretor que conduziu a reunião em Alto Jequitibá, “ser um bate papo mesmo. Então eu vou tá falando aqui, mas dúvidas que vocês tiver, perguntas, cês pode ficar bem à vontade, né” (Café com a Cresol, Alto Jequitibá, 2015).

No encontro observado nesta pesquisa, havia um interesse dos associados – ou daqueles que pretendiam associar-se – em descobrir quais eram as condições práticas para que pudessem ter acesso a determinados serviços da cooperativa, notadamente aos empréstimos, ainda que a proposta fosse ampliar ou proporcionar-lhes conhecimento sobre uma cooperativa de

crédito. Essa foi uma das ocasiões em que foi possível notar a forma como as perturbações do meio – exigências formais para o crescimento e padronização das cooperativas – causaram mudanças estruturais nos sistemas vivos – conduta dos diretores – que compõem o sistema social em análise, já que o posicionamento adotado estava vinculado ao cumprimento de uma exigência estatutária. Entretanto, durante a realização das entrevistas, o Café com a Cresol foi descrito como uma formação que garante aos novos associados um entendimento maior sobre a cooperativa, seus processos e a sua diferença em relação a um banco comercial.

O cooperado que participa desse curso, ele entende muito melhor a cooperativa, o processo do cooperativismo, diferença da cooperativa pra um banco. Esse cooperado, ele sai daqui bem informadinho, com pouco tempo, uma hora de curso que é. (...) Então isso aí tá fazendo uma diferença enorme. (...). Essa **formação de novos cooperados, a gente vê nitidamente a diferença de quem participou para quem não participou** (Entrevistado 01, Tombos, 2015).

Apesar disso, essa formação só foi institucionalizada e acontece regularmente a partir de 2013 após a incorporação entre os Sistemas Ecosol e Cresol, o que deixa de fora um número expressivo de

associados que já estavam vinculados à cooperativa antes dessa incorporação.

Mesmo que, nas falas dos entrevistados ou dos mediadores de cada uma dessas formações, elas figurem como possibilidades de manutenção da identidade do sistema como uma organização solidária, essas formações não atingem necessariamente todo o grupo de associados da Cresol Tombos, justamente porque são direcionadas a públicos específicos, deixando de fora uma grande parcela dos sujeitos que compõem esse sistema social. Além disso, há uma forte padronização tanto do formato quanto do conteúdo dessas formações, do que decorre que, se a mudança estrutural em um sistema vivo, em congruência com a mudança estrutural e dinâmica do meio, só se efetiva na direção que o sistema permite, com base naquilo que pretende conservar (MATURANA; DÁVILA, s/d), a incorporação entre os sistemas de cooperativas de crédito, em Minas Gerais, ao pressupor a padronização e uniformização dessas organizações – segundo os parâmetros colocados pelo Banco Central para as instituições financeiras, cujos aspectos são materializados em cada uma das formações

descritas –, pode levar o sistemas a apresentar um caráter de desequilíbrio que obscurece a criatividade de seus componentes.

Assim, a inserção de novas condutas no Sistema Cresol, as quais se dão a partir das interações dos diretores, pode não conduzir a uma mudança social em que a sua identidade (missão organizacional) consiga conservar a solidariedade e a cooperação como valores intrínsecos e incluindo todos os sujeitos que formam o sistema, apesar das constantes mudanças estruturais na tríade sujeitos-sistema-meio. Contudo, podem levar os sujeitos a uma condição periférica em relação ao sistema quando: a perturbação sofrida pelo sistema não é bem aceita ou incorporada pelos sujeitos, que não se manifestam por não se sentirem parte do sistema e, por isso, incapazes de articular a linguagem utilizada por ele; ou as perturbações trazidas pelos sujeitos para o interior do sistema, seja pela dificuldade de articular a linguagem do sistema, seja por não concordarem com a nova conduta, não são aceitas ou incorporadas, afastando esses sujeitos que, por isso, não se encaixam na nova configuração do sistema.

3. CONCLUSÃO

Como afirma Martins (1993), as interpretações resultantes do trabalho sociológico serão sempre “provisórias e parciais”, pois são limitadas a curto período de tempo – seja o tempo da bolsa ou da permanência em alguma instituição de ensino ou a disponibilidade de recursos que permitem ao pesquisador permanecer em contato com a comunidade estudada. Nesse sentido, ao considerarmos a Cresol Tombos e suas unidades como sistemas sociais autopoieticos, a análise proposta por este artigo buscou apresentar possibilidades interpretativas de um fenômeno comunicacional observado num dado período de tempo. Sendo assim, podemos considerar que, se o meio em que esse sistema se encontra é estruturalmente dinâmico e os seres vivos que o compõem estão em constante interação estrutural com esse meio, tornando possível para o sistema as possibilidades e/ou necessidades de mudanças estruturais, as perturbações recíprocas entre sujeitos, sistema e meio implicam reorganização. Contudo, para que essa reorganização sistêmica se efetive, é preciso, como afirma Moraes (2002), que esteja baseada em uma nova configuração das conversações, mediações e interações que acontecem entre os

sujeitos, sistema e meio, já que, seguindo a perspectiva teórica de Maturana (2002), a mudança social só se concretiza com a mudança na organização dos sujeitos e do sistema.

Portanto, entendendo as cooperativas como sistemas autopoieticos de terceira ordem (sistemas sociais), os dados resultantes da pesquisa nos permitem afirmar que as mudanças estruturais nessas cooperativas partem, sobretudo, da interação de seus diretores com outras organizações e associações representativas, além do contato mais próximo com órgãos estatais de regulação, os quais incentivam a padronização e a uniformização dos Sistemas.

Por outro lado, mesmo que aconteçam transformações em um sistema social autopoietico e que essas sejam impulsionadas pelas perturbações estruturais entre esses elementos, algo será conservado, já que, em sistemas sociais, há uma tendência em conservar sua organização. Assim, dependendo daquilo que se quer conservar, define-se aquilo que mudará, o escopo e o alcance dessa mudança no sistema social. Dessa forma, no caso específico das cooperativas analisadas neste trabalho, entendemos que

a direção da mudança estrutural do sistema e de seus componentes será determinada a partir do que se escolha realmente conservar de sua identidade ou missão organizacional. Entretanto, o incentivo estatal para que os Sistemas de cooperativas de crédito unam-se, incorporando-se uns aos outros até que haja uma padronização/uniformização do campo de atuação dessas organizações, leva-nos a supor que tal estratégia prejudicará, num curto espaço de tempo, a continuidade de organizações criativas e diferenciadas, já que mina a diversidade das organizações cooperativas e, conseqüentemente, obscurece a capacidade adaptativa de alguns grupos de sujeitos à autopoiese proposta nesses sistemas sociais. Além disso, acreditamos que esse

processo pode conduzir a uma instrumentalização dos discursos que fundamentam aquilo que as cooperativas expressam como o que se pretende conservar de sua identidade, ou seja, a cooperação e a solidariedade como valores tanto para a organização quanto para os agricultores que a compõem. Nesse sentido, vemos a necessidade de buscar um aprofundamento acerca da história dessas organizações no Brasil e no mundo, utilizando-o para que haja uma melhor compreensão da forma com que essas mudanças estruturais no sistema podem acarretar riscos para determinados grupos de agricultores que não consigam se adaptar às mudanças efetivadas a partir da incorporação desses sistemas.

4. REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Bancos comerciais**. 2015a.

Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bc.asp>>. Acesso em 13 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **FAQ Cooperativas de crédito – Base normativa**. 2015b. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/Pre/bc_atende/port/coop.asp#9>. Acesso em 28 set. 2015.

BITTENCOURT, G. **Cooperativas de Crédito solidário**: Constituição e

Funcionamento. 2 ed. Brasília: NEAD, MDA. 2001. p. 19-30.

BRASIL. (2015a). Resolução 4.434 de 05 de agosto de 2015. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/bu>

sca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48507/Res_4434_v2_L.pdf>. Acesso em 24 maio 2016.

BÚRIGO, F. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Chapecó: Argos, 2007.

BÚRIGO, F. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil.** 374 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006a.

BÚRIGO, F. **Finanças e solidariedade: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil.** **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14. n.02, 2006b, p. 312-349.

CAZELLA, A.; BERRIET-SOLLIEC, M. O Papel das Cooperativas de Crédito na Territorialização das Políticas de Apoio à Agricultura Familiar – O Caso do Movimento Cooperativo no Estado de Santa Catarina (SC). **V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo.** 06-08 de agosto de 2008. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

CENTRAL CRESOL BASER. **Institucional.** 2015. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/conteudo.php?id=2>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

FREITAS, A. **A construção social do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata Mineira.** 169 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-graduação em

Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2011.

FREITAS, A.; FREITAS, A. O cooperativismo de crédito no Brasil e a emergência de uma vertente solidária. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** Taubaté, SP. v. 10, n. 2, mai-ago. 2014. p. 46-74.

FREITAS, A.; FREITAS, A. Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro 47(4): jul/ago. 2013. p. 999-1019.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura. In: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** nº 13. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, C. Sinais. Raízes de um Paradigma Indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais.** Morfologia e História. 4. reimpr. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

JUNQUEIRA, R.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração**, São Paulo, v.40, n.1, p.19-33, jan./fev./mar. 2005.

MAFRA, R. **Vestígios da dengue no anúncio e no jornal: dimensões acontecimentais e formas de experiência pública na (da) cidade.** (Tese) Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. p. 96-111.

- MARIOTI, H. **Autopoiese cultura e sociedade**. 1999. Disponível em: <<http://www.dbm.ufpb.br/~marques/Artigos/Autopoiese.pdf>>. Acesso em 28 abr. 2016.
- MARTINS, J. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MATURANA, H. Tudo é dito por um observador. Tradução de Nelson Vaz. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (org.). **A ontologia da realidade**. 3.reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 53-66.
- MATURANA, H. Biologia da Linguagem: a epistemologia da realidade. Tradução de Cristina Magro. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (org.). **A ontologia da realidade**. 3.reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 123-166.
- MATURANA, H. Biologia do Fenômeno Social. Tradução de Miriam Graciano. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (org.). **A ontologia da realidade**. 3.reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 195-209.
- MATURANA, H. Seres humanos individuais e fenômenos sociais humanos. Tradução de Aurora Rabelo. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (org.). **A ontologia da realidade**. 3.reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 187-193.
- MATURANA, H. ; DÁVILA Y., Ximena Paz. **CO-VERSANDO - Marco Eduardo Flores**. (s/d). Disponível em: <<http://blog.matriztica.cl/blog/co-versando/>>. Acesso em 12 maio. 2016.
- MONTILLA R, L.; PERNÍA H, N.; RODRÍGUEZ G, R. El Cooperativismo: ¿Sistema Social, o, Sistema Humano? **Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas**. n.6, 2010. p. 249-277. Disponível em: <<http://servicio.bc.uc.edu.ve/derecho/revista/6-2010/art9.pdf>>. Acesso em 08 jun. 2016.
- MORAES, M. **O social sob o ponto de vista autopoietico**. 2002. 22p. Texto preliminar para estudo. Disponível em: <http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/candida/o_social.pdf>. Acesso em 13 maio 2016.
- MOREIRA, M. A epistemologia de Maturana. **Ciência & Educação**, v. 10, n. 3, p. 597-606, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v10n3/20.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2016.
- MORIN, E. Para o pensamento complexo. In: MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 175-341.
- MORIN, E. A organização (do objeto ao sistema). In: MORIN, Edgar. **O método**. A natureza da natureza. 2.ed. Tradução de Maria Gabriela de Bragança. Portugal: Publicações Europa-América, 1977, p. 92-145.
- PINHEIRO, M. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.
- RIOS, G. Cooperação, Cooperativismo coronelístico, Cooperativismo popular. **Anais... I Encontro da Rede de Estudo Rurais “Uma proposta de Intercâmbio de Pesquisa”**. Universidade Federal

Fluminense, Niterói/RJ. 04-07 jul. 2006.

Disponível em

<<http://www.redesrurais.org.br/encontros-rede/>>. Acesso em 04 maio 2016.

SCHRÖDER, M. **Finanças, comunidades e inovações**: organizações financeiras da agricultura familiar: o Sistema Cresol (1995-2003). 2005. [s.n.]. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2005. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000388996>>. Acesso em 23 abr. 2014.

SOARES, M.; MELO SOBRINHO, A. .

Microfinanças: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito. 2.ed.rev.ampl. Brasília: BCB, 2008. 202 p. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%E7as_internet.pdf>. Acesso em 23 set. 2014.

VIEIRA, A. Humberto Maturana e o espaço relacional da construção do conhecimento. **Revista Humanidades**. v. I, n. 2, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.humanidades.ucb.br/2/maturana.htm>>. Acesso em 12 maio 2016.